

A Comissão Especial que analisa o [Projeto de Lei 3139/15](#) pediu a prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos. O presidente do grupo, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), pediu à Mesa da Câmara mais vinte sessões para emitir um parecer sobre o PL.

O projeto, de autoria do deputado Lucas Vergilio (SD-GO), proíbe associações, cooperativas e clubes de benefícios, pessoas naturais e jurídicas, de constituir, operar, comercializar ou realizar contratos de natureza securitária.

Para avaliar o projeto, a Comissão já realizou três audiências públicas na Câmara dos Deputados, com a massiva presença dos corretores de seguros de diversos Estados, defendendo os interesses da categoria.

**Fonte:** Sincor-SP, em 13.12.2017.